

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ DE CRIANÇA/ADOLESCENTE

Pelo presente instrumento particular, de um lado:

INSTITUIÇÃO: [Nome Completo da Instituição Privada], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ da Instituição], com sede à [Endereço Completo da Instituição], neste ato representada por seu(sua) [Cargo do Representante], [Nome Completo do Representante], [Nacionalidade], [Estado Civil], [Profissão], portador(a) da Cédula de Identidade RG nº [RG] e CPF nº [CPF], doravante denominada simplesmente **INSTITUIÇÃO**.

E, de outro lado:

RESPONSÁVEL LEGAL: [Nome Completo do(a) Pai/Mãe/Responsável Legal], [Nacionalidade], [Estado Civil], [Profissão], portador(a) da Cédula de Identidade RG nº [RG] e CPF nº [CPF], residente e domiciliado(a) na [Endereço Completo do Responsável Legal], e-mail [E-mail do Responsável Legal], telefone [Telefone do Responsável Legal], doravante denominado(a) simplesmente **AUTORIZANTE**.

Na qualidade de pai/mãe/responsável legal do(a) menor abaixo qualificado(a):

MENOR AUTORIZADO(A): [Nome Completo da Criança/Adolescente], [Nacionalidade], nascido(a) em [Data de Nascimento], portador(a) da Certidão de Nascimento nº [Número da Certidão], Livro [Livro], Folha [Folha], Termo [Termo], expedida pelo Cartório [Nome do Cartório] / [Cidade/UF], inscrito(a) no CPF nº [CPF, se possuir], doravante denominado(a) simplesmente **MENOR**.

Têm entre si, justo e contratado, o presente Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CONSIDERANDO QUE:

1. A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 5º, inciso X, garante a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
2. O Art. 227 da Constituição Federal estabelece ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
3. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069/1990, em seus artigos 5º, 15, 17 e 18, reforça a proteção integral e prioritária dos direitos de crianças e adolescentes. O Art. 17, em especial, dispõe que "O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais".
4. O Art. 18 do ECA preceitua ser dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. O Art. 232 do ECA tipifica como crime submeter criança ou adolescente a vexame ou constrangimento.
5. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, considera a imagem um dado pessoal e, em seu Art. 14, §§ 1º, 2º e 3º, estabelece diretrizes específicas para o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes, exigindo o consentimento específico e em destaque de pelo menos um dos pais ou responsável legal, devendo este ser livre, informado e inequívoco, e para finalidades determinadas, sempre em conformidade com o seu melhor interesse.
6. A INSTITUIÇÃO presta serviços nas áreas de osteopatia, fisioterapia e quiropraxia, e deseja registrar o desenvolvimento e o resultado dos

trabalhos realizados com o MENOR para fins educacionais, institucionais e informativos, sempre prezando pelo **melhor interesse da criança e do adolescente**.

DO OBJETO DA AUTORIZAÇÃO:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO

O(A) AUTORIZANTE, por este Termo, **AUTORIZA** a INSTITUIÇÃO a captar, armazenar e utilizar a imagem e a voz do(a) MENOR (em formato de fotografias, áudios e vídeos) para fins estritamente relacionados aos tratamentos e trabalhos de osteopatia, fisioterapia e quiropraxia realizados pela INSTITUIÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE E MODO DE USO

A autorização concedida na Cláusula Primeira destina-se exclusivamente às seguintes finalidades, observando-se sempre o melhor interesse do(a) MENOR:

- a) **Documentação e registro** da evolução dos tratamentos e terapias prestadas ao(à) MENOR, para fins de acompanhamento interno e análise clínica.
- b) **Divulgação interna e externa** das atividades e métodos da INSTITUIÇÃO, em caráter estritamente educativo, informativo e institucional, visando compartilhar conhecimento, promover a saúde e o bem-estar e demonstrar a eficácia dos tratamentos.
- c) **Utilização em materiais institucionais**, tais como website da INSTITUIÇÃO, perfis em redes sociais (Instagram, Facebook, LinkedIn, etc.), folders, apresentações, palestras, artigos científicos, informativos e reportagens de mídia, com o objetivo de disseminar informações relevantes sobre as terapias e a qualidade dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro: A INSTITUIÇÃO compromete-se a assegurar que toda a utilização da imagem e voz do(a) MENOR será realizada de forma a preservar sua identidade, dignidade, privacidade, segurança e integridade física, psíquica e moral, evitando qualquer exposição desnecessária ou que possa gerar constrangimento, vexame, humilhação ou vulnerabilidade.

Parágrafo Segundo: Em qualquer divulgação pública, a INSTITUIÇÃO se compromete a adotar medidas razoáveis para não identificar o(a) MENOR por seu nome completo ou informações de contato direto, salvo se houver expressa e específica autorização adicional do(a) AUTORIZANTE para tal finalidade, para fins de comprovação dos resultados. A identificação será preferencialmente feita por idade, inicial do nome, ou forma que preserve a individualidade do(a) MENOR sem expor dados excessivos.

Parágrafo Terceiro: Fica expressamente vedado o uso da imagem e voz do(a) MENOR para fins comerciais diretos (como publicidade paga explícita de produtos de terceiros ou exploração econômica habitual da imagem para lucro exclusivo da instituição), sem que haja uma nova, específica e destacada autorização do(a) AUTORIZANTE, e, se o caso, obtenção de alvará judicial, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Quarto: O uso da imagem e voz do(a) MENOR será feito a título gratuito, não gerando qualquer direito a remuneração, compensação ou indenização presente ou futura ao(à) MENOR ou ao(à) AUTORIZANTE, salvo prévio e exposto ajuste em contrário.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ABRANGÊNCIA E PRAZO

A presente autorização é concedida com abrangência em todo o território nacional e internacional, para veiculação nos meios de comunicação digitais e físicos mencionados na Cláusula Segunda, pelo prazo de [SUGERIR PRAZO, Ex: 5 anos, ou "indeterminado"], respeitando-se o direito de revogação a qualquer tempo, conforme Cláusula Quarta.

Parágrafo Único: Após o término do prazo de autorização ou em caso de revogação, a INSTITUIÇÃO se compromete a eliminar as mídias em sua posse e a cessar o uso e a veiculação das imagens e voz do(a) MENOR, exceto nos casos em que a retenção seja obrigatória por lei ou para o cumprimento de obrigações regulatórias e legais da INSTITUIÇÃO.

CLÁUSULA QUARTA – DA REVOGAÇÃO

O(A) AUTORIZANTE poderá, a qualquer tempo e sem necessidade de justificativa, revogar a presente autorização, mediante notificação por escrito (física ou eletrônica, com comprovação de recebimento) encaminhada à INSTITUIÇÃO.

Parágrafo Primeiro: Uma vez recebida a notificação de revogação, a INSTITUIÇÃO se compromete a cessar imediatamente o uso da imagem e voz do(a) MENOR e a remover o conteúdo de todas as plataformas e materiais sob seu controle direto, no prazo máximo de [SUGERIR PRAZO, Ex: 15 dias úteis], respeitando-se os usos já realizados e publicados até a data do recebimento da solicitação de revogação.

Parágrafo Segundo: A revogação não implicará na exclusão de registros que já tenham sido devidamente publicados em mídias de terceiros (como artigos científicos ou reportagens que já circularam) ou em materiais impressos previamente distribuídos, mas a INSTITUIÇÃO não fará novos usos ou reproduções a partir da data efetiva da revogação. A INSTITUIÇÃO empreenderá esforços razoáveis para solicitar a terceiros (parceiros de mídia, por exemplo) a remoção ou cessação do uso, quando couber.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

A INSTITUIÇÃO se compromete a tratar todos os dados pessoais do(a) MENOR e do(a) AUTORIZANTE, incluindo a imagem e a voz, em conformidade com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e demais normas aplicáveis. Serão adotadas todas as medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

CLÁUSULA SEXTA – DA DECLARAÇÃO FINAL

O(A) AUTORIZANTE declara que:

- a) Foi devidamente informado(a) sobre a finalidade, o modo de uso, a abrangência e os limites da presente autorização, bem como sobre os direitos do(a) MENOR e as obrigações da INSTITUIÇÃO.
- b) Compreendeu integralmente o conteúdo deste Termo e está ciente dos direitos e deveres nele contidos, em especial o direito à revogação e as garantias de proteção de dados.

c) A autorização é concedida de forma livre, informada e inequívoca, em observância ao Art. 14, §§ 1º, 2º e 3º da LGPD, e com o intuito de beneficiar o desenvolvimento dos trabalhos e a disseminação de informações relevantes na área da saúde.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de [Cidade da Instituição], Estado de [Estado da Instituição], para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos do presente Termo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por ser a expressão da vontade do(a) AUTORIZANTE, e para que produza seus efeitos legais, firma(m) o presente Termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

[Cidade], [Dia] de [Mês] de [Ano].

INSTITUIÇÃO:

[Nome Completo do Representante Legal da Instituição]

[Cargo do Representante]

[CNPJ da Instituição]

RESPONSÁVEL LEGAL:

[Nome Completo do(a) Pai/Mãe/Responsável Legal]

RG: [RG]

CPF: [CPF]

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome:

RG:

CPF:

2. _____

Nome:

RG:

CPF: